

Fórum de Líderes

Líderes das sociedades e de departamentos de dezenas de escritórios com presença em Portugal partilham as suas perspetivas para a advocacia de negócios em 2024, um ano que deverá ser marcado por desafios a nível macroeconómico, mas também com oportunidades de crescimento.

O que espera do mercado da advocacia para 2024?





Hugo Marques dos Santos
Advogado sénior da MG Advogados

Um dos sentimentos que mais se insinua nos dias que correm é o da ansiedade provocada pela percepção que se tem de um mundo, que vive (sobrevive) entre o caos e a catástrofe. Contudo, talvez uma das marcas mais interessantes do passado recente consista no moderado impacto quotidiano, que têm tido ocorrências muito importantes: o ser humano é capaz de se adaptar às novas realidades e de normalizar o "anormal".

Identicamente, parece-nos que o mercado da advocacia tem essa vantagem sobre muitos outros mercados: é bastante resistente às crises. As áreas de actividade contrabalançam-se. Enquanto umas florescem, outras definham, existindo neste movimento algum equilíbrio.

Infelizmente, a nível nacional, julgamos que no próximo ano se continuará a acentuar um sentimento de descrença e desconfiança na justiça e nos tribunais. Convicção essa que será ainda mais vincada nos actores estrangeiros a operar em Portugal. Este

sentimento traz consigo consequências muito nefastas, e é agravado pela percepção de que os serviços públicos, em geral, se caracterizam por uma morosidade e burocracia excessivas (em especial desde o Covid). Esta tendência afastará a população do recurso aos meios judiciais sempre que possível e, especialmente quando existam os meios para tal, levará as partes à procura de meios alternativos (como sejam, por exemplo, os tribunais arbitrais).

Acreditamos igualmente que no próximo ano se começarão a tornar mais evidentes algumas das mudanças que a transformação tecnológica, em especial a inteligência artificial, começa a impor, e às quais o mercado da advocacia não será imune.

Haverá cada vez mais um automatizar de tarefas jurídicas de menor complexidade e que dependam em grande medida de minutas e/ou que se apoiem em práticas repetitivas, tornando-as, tendencialmente, obsoletas. Acreditamos que o próximo ano será marcado por um ganhar de confiança progressivo do mercado nas ferramentas que a IA lhes proporcionará, e pela percepção de alguns dos riscos que essa mesma confiança (cega) trará consigo. Inclusivamente, parece-nos, algumas dessas ferramentas serão utilizadas por particulares para evitarem o recurso aos advogados, com diferentes graus de sucesso, e novos desafios à actividade jurídica.